



PLANEJAMENTO E GESTÃO DE TURISMO NO MUNICÍPIO DE URUCARÁ-AM

Tourism planning and management in the Municipality of Urucara-Amazonas-Brazil

Ironilson Monteiro Pinto¹
Keisiane de Jesus de Sousa²
Zoraide Lopes Marques³
Maria Lionilde Gonzaga de Souza⁴

RESUMO

O turismo no Brasil se desenvolveu de forma lenta e gradual de acordo com as iniciativas governamentais para a estruturação da atividade. As belas paisagens naturais e a riqueza cultural sempre atraíram seguimentos de turistas para o país. A Amazônia se insere nesse contexto, atraindo um número maior de turistas, implicando em políticas estaduais e municipais para viabilizar o turismo local e um fluxo de recursos para atender as demandas dos municípios. Urucará é um dos 62 municípios do estado do Amazonas e tem grande potencial para o turismo. O objetivo do trabalho foi analisar a atividade de turismo como fonte de recurso econômico e as possibilidades de implantação de políticas públicas que viabilizem torná-la uma alternativa de desenvolvimento para o município. A metodologia adotada é de base quali-quantitativa. Quanto aos fins: explicativa e descritiva. Quanto aos meios: documental e bibliográfica. Como amostragem, foram entrevistadas 35 pessoas e 2 secretários municipais. Como resultado averiguou-se o sistema de gestão das organizações públicas e da iniciativa privada quanto a sua participação e contribuição na atividade turística no município, para indicar o planejamento como uma ferramenta de direcionamento para o turismo local.

Palavras-chave: Turismo; Planejamento; Gestão Pública; Amazônia

ABSTRACT

Tourism in Brazil developed slowly and gradually in line with government initiatives to structure the activity. The beautiful natural landscapes and cultural richness have always attracted tourists to the country. The Amazonia is part of this context, attracting a greater number of tourists, implying state and municipal policies to make local tourism viable and a flow of resources to meet the demands of the municipalities. Urucara is one of 62 municipalities in the state of Amazonas and has great potential for tourism. The objective of the work was to analyze the tourism activity as a source of economic resource and the possibilities of implementing public policies that make it possible to turn it into an alternative development for the municipality. The methodology adopted is on a quali-quantitative basis. As for the purposes: explanatory and descriptive. As for the means: documentary and bibliographic. As a sample, 35 people and 2 municipal secretaries were interviewed. As a result, the management system of public organizations and the private sector was investigated as to their participation and contribution to the tourist activity in the city, to indicate planning as a tool for directing local tourism.

Keywords: Tourism; Planning; Public administration; Amazonia

¹Graduado em Tecnologia em Gestão Pública (TGP), pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), ironilson02@gmail.com

²Graduado em Tecnologia em Gestão Pública (TGP), pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA, keisiane-djesus@gmail.com

³Graduada em Enfermagem com Especialidade em Gerontologia e Família pela Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), e Graduando em Tecnologia em Gestão Pública (TGP), pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), zoraidelopesenfem@hotmail.com

⁴Graduada em Ciência Política (2006) pela UEA, Especialista em Planejamento Governamental e Orçamento Público (2010) pela UEA e mestre em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia (2013) pela Universidade Federal do Amazonas, lionildegonzaga@gmail.com



Introdução

O turismo no Brasil vem se consolidando de forma consistente pelo mundo. Tanto é, que o conceito de turismo passou por várias transformações ao longo do tempo, passando da realização de viagem de curta duração para um determinado lugar, para uma atividade complexa de oferta de bens e serviços que dinamiza a economia onde ocorre. Primeiramente, em países centrais, mais desenvolvidos, para os mais distintos lugares e com atrativos os mais diversos. Cada vez mais, os países começaram a investir em políticas públicas voltadas para o turismo, no Brasil não foi diferente.

Uma vez que o turismo passou a fazer parte da nova agenda governamental dos países, políticas voltadas para esse segmento resultaram em ações ambientais visando a sustentabilidade, prezando a redução dos impactos negativos que atingem as dimensões cultural e ambiental até então não atribuídos à atividade turística. A Organização Mundial do Turismo (OMT), a partir de 2003, incluiu nos seus programas a consolidação de um turismo sustentável como uma forma de preservar os recursos naturais para manter o nível de satisfação do turismo.

No Brasil, em busca superar os problemas econômicos, alguns Estados começaram a investir na atividade turística. Porém, são poucos os que têm obtido sucesso na efetivação do turismo e isso se deve, principalmente, ao processo centralizado e burocrático existente no cenário brasileiro. Ao longo da primeira década desse século, mudanças neste patamar começaram a surgir com a descentralização dando mais apoio as 27 unidades da federação, mas principalmente ao novo modelo de desenvolvimento do turismo com a sua municipalização (Plano Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT), ocorrido a partir de 2003. Com isso, o Governo Federal vem lançando novos programas de turismo para atrair mais visitantes no país dando o suporte necessário aos agentes num pacote de medidas que busca fortalecer o setor no país.

Juntamente com o Ministério do Turismo, o estado do Amazonas inclui-se com a campanha “Descubra uma outra Amazônia” com o objetivo de apresentar as multiplicidades da região, que tem um grande potencial desse desenvolvimento do turismo. É o maior estado do Brasil e possui 62 municípios banhados pela maior bacia hidrográfica que corresponde a 20% de água doce do planeta, além de uma exuberante cobertura florestal rica em fauna e flora. Sem



dúvida, uma das interfaces predominantes nessa região é a do Ecoturismo ou turismo sustentável, que busca atender as necessidades dos turistas e ao mesmo tempo mostrar a importância da preservação deste lugar.

No entanto, é visível a luta de ambientalistas pela manutenção da biodiversidade da região, pois as explorações clandestinas são muitas, o que nos faz observar um dos pontos negativos para nossa região. Vale ressaltar que através de um planejamento, o turismo nas cidades amazônicas deve ter por objetivo preservar o que temos a oferecer, para que ao todo possamos conduzir à gestão de todos os recursos de tal forma que a necessidade econômica, social, cultural e os processos ecológicos sejam mantidos para dar o suporte à vida.

O município de Urucará, que fica situado na região do Baixo Amazonas, distante da capital 270 km em linha reta e 281 km por via fluvial, possui uma população estimada de 17.163 habitantes, segundo dados do IBGE (2015). Essa população distribui-se por seus 27.905 km² de território, limitando-se com os municípios de Nhamundá, Urucurituba, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Presidente Figueiredo, Itacoatiara e Silves. É nesse contexto que se pretende investigar o turismo como alternativa de desenvolvimento, valorizando as características locais.

Entre os potenciais existentes no município está o rio Tapera que propicia atividades como banho em seus igarapés de águas transparente e frias, muito convidativas no verão. Adornado por paisagens exuberantes que permitem ao turista vivenciar e registrar agradáveis momentos, esse rio tem aproximadamente 5 km de áreas manejadas, onde não é autorizada a caça e pesca. Na mesma região, aguardam visita os Cedreiros centenários.

No segmento cultural, destacamos o Festival de Quadrilhas promovido no mês de setembro na quadra do bairro de Santa Luzia, o qual consiste na apresentação de grupos ou agremiações, que por meio de uma dança típica, denominada quadrilha, elabora e desenvolve temáticas que são mostradas ao público por meio de coreografias.

Há também as festas religiosas, dentre as quais se destaca a do Divino Espírito Santo que abrange os aspectos religioso e social. Essa festa ocorre no período de Pentecostes, que faz parte do calendário litúrgico da Igreja Católica. Na prática, o evento festivo se inicia com a alvorada de fogos pela manhã, seguida da procissão das rosas que conta com a participação das escolas locais. No fim da tarde, ocorre o círio fluvial com a chegada ao porto principal e



procissão por vias públicas da cidade até chegar à Praça de Sant'Ana, onde então é realizada uma missa campal. Os festejos noturnos se encerram com o Bingão dos Visitantes. O bingo é um jogo muito popular e comum em tais eventos como forma de divertir e também angariar recursos financeiros.

No que se refere a lugares para visitação na área urbana, citamos a Casa do Pastor Clinton, localizada nas proximidades da Praça de Sant'Ana, nela se pode observar uma área que cont m seis casas e uma igreja. Nesse local estão relíquias pessoais e históricas de um cidadão que muito contribuiu com o município na parte religiosa, econômica, medicinal, científica, educacional e política.

A pesquisa dessa temática nos possibilitou perceber que o município de Urucará possui inúmeras riquezas turísticas inexploradas e que a implementa o de uma política pública voltada para o turismo no município necessita de interesse e participa o conjunta da sociedade com o poder público, sendo imprescindível que este último se responsabilize pela infraestrutura e aloca o dos recursos financeiros de forma a atrair possíveis investimentos na área planejada.

Como todas as áreas da economia, o turismo também possui desvantagens e riscos, pois exige grandes investimentos públicos e privados. A falta de um planejamento e uma gestão deficiente pode representar desvantagens que impedirão a atividade de se desenvolver de forma adequada. Embora ele nunca tenha estado entre as prioridades do planejamento administrativo do município, importa lembrar quão importante é valorizar o que o que existe no município, chamando a aten o da comunidade para as oportunidades que estão sendo desperdiçadas por falta de planejamento e criatividade na área do turismo.

Por outro lado, a atividade turística pode constituir um investimento inicial gerador do processo que irá ramificar a economia local gerando emprego e renda à comunidade que por meio da oferta de produtos e serviços de qualidade, poderá encontrar uma saída para essa fase de crise vivenciada em todo o mundo. Para tanto, a participa o do governo local é fundamental, visto que será o responsável por toda infraestrutura básica, além dos subsídios para que a popula o e os diversos atores sociais sejam envolvidos no processo de implementa o da atividade turística, e em conjunto promover uma melhor qualidade de vida aos munic pes.

Ainda são poucos os trabalhos sobre o turismo no Baixo Amazonas e, em vista disso, justifica-se esse trabalho que além de seus objetivos, visa ser referência para a implementa o



de políticas públicas voltadas à atividade turística em Urucará e venha a ser uma fonte de renda para os moradores envolvidos neste ramo econômico contribuindo para o desenvolvimento do município, além disso, apoiar a cultura local dando novas oportunidades aos visitantes de conhecer e vivenciar a história local visando a preservação e a sustentabilidade da sociedade e do meio ambiente.

A importância do planejamento turístico para o auxílio econômico nas cidades

A atividade turística nos últimos anos tem sido de extrema importância no que diz respeito ao desenvolvimento social e crescimento da economia mundial, ou seja, é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento sustentável recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, a partir de 1938, começaram a surgir as tentativas de se organizar o setor do turismo e em 1939, foi instituída pelo Decreto-lei nº 1.915 a Divisão do Turismo, que se tornou um organismo oficial de turismo da administração pública federal, entre outros decretos que foram extintos.

No ano de 1994, o governo preocupou-se com a descentralização do Turismo e das políticas públicas voltadas para este ramo com a criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) adotando este modelo de gestão descentralizada, como nos afirma Dias:

[...] Visava implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os estados e municípios de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa. (DIAS, 2003, p. 144).

Contudo, somente no ano de 2003 ocorreu a consolidação do Ministério do Turismo (Mtur) como articulador da gestão do turismo no Brasil e criou-se o primeiro Plano Nacional de Turismo (PNT) como principal instrumento de planejamento para o setor, tendo como foco: a) redução das desigualdades regionais e sociais; b) geração e distribuição de renda; c) geração de emprego e ocupação; d) equilíbrio do balanço de pagamentos, no qual esses programas introduzidos trouxeram um novo modelo da administração prevendo uma maior descentralização e participação da sociedade civil organizada (BRASIL, 2003).



Diante disso, o MTur estabeleceu o sistema de gestão de turismo apresentado no diagrama a seguir (figura 1), que serviu de base para esse novo modelo de gestão compartilhada.

Figura 1- Diagrama de Gestão Compartilhada do Turismo



Organizador.: Souza, K.J (2016).

O novo modelo estimula uma descentralização do turismo e uma maior participação do diversos segmentos envolvidos com a atividade, além disso, a participação da sociedade nos fóruns municipais busca aproximar o turismo as Comunidades locais com potencial turísticos. A tomada de decisão sobre o turismo tenderia a melhor distribuir os recursos do turismo centralizado nos fundos municipais. Representa uma mudança significativa da relação entre Estado e sociedade, uma espécie de combinação de democracia representativa e participação.

O PNT 2007-2013, dando sequência ao plano anterior, ainda com objetivos ligados a melhoria das condições gerais que viabilizem a expansão do turismo, tanto receptivo quanto interno, propõe agora o Turismo de Inclusão.

Para Azevedo Filho (2013), o PNT 2007-2013

(...) preconiza a necessidade de o turismo cumprir sua função social, com a inclusão de parcela cada vez maior da população no turismo, além de, inclusão de novos destinos, inclusão de novos segmentos de turistas, inclusão de mais turistas estrangeiros, inclusão de mais divisas para o Brasil, inclusão de novos investimentos, inclusão de novas oportunidades de qualificação profissional, inclusão de novos postos de trabalho para o brasileiro. Segundo as diretrizes apresentadas, “inclusão para reduzir as desigualdades regionais e para fazer do Brasil um país de todos” (AZEVEDO FILHO, 2013, p. 51-52)



A evolução do cenário turístico

Não é difícil pensar em ideias como viajar, lazer e prazer quando falamos em turismo, pois estas são apenas algumas das facetas que a palavra turismo nos proporciona, sendo que para alguns autores as suas definições não se diferenciavam tanto, bem como a este fenômeno está ligado às práticas econômicas desde o seu surgimento. Panosso Neto afirma que:

É fácil perceber que o turismo é um dos setores mais globalizados da economia mundial. Ele se desenvolveu e aperfeiçoou-se intensamente nos últimos 100 anos, sendo que o século XX chegou a ser chamado de “século do turismo”. Hoje estamos no Brasil, amanhã podemos estar em grandes complicações, em Cingapura, na África do Sul ou na Holanda (PANOSSO NETO, 2010, p. 11).

Esta reflexão também nos apresenta as múltiplas e variadas práticas sociais, que a atividade turística nos apresenta, como a oportunidade de conhecer outras culturas e diversidades do mundo. Entretanto, ainda há muitas questões distorcidas sobre essa atividade, pouco ou nada vivenciada por uma grande parcela da população, o que nos faz ressaltar uma questão tão pouco discutida pela sociedade. Entre uma das visões distintas do turismo, Panosso Neto (2010) apresenta a visão mais abrangente que afirma a real intenção do turismo na sociedade:

Turismo está relacionado com a inclusão social; desenvolvimento de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar os impactos positivos; coletas e análise de dados quantitativos e qualitativos; produção de conhecimentos críticos na busca de sua melhor compreensão; implantação de políticas de turismo; estudos interdisciplinares que envolvam a sociedade em todo o seu aspecto econômico, político, culturais, sociais e ambientais na busca de soluções de alguns problemas causados pelas viagens; análise de previsão de tendência de desenvolvimento do turismo (PANOSSO NETO, 2010, p.17).

Consequentemente esta análise nos mostra a importância de um turismo bem planejado, visando atender a complexidade entre todos os atores envolvidos proporcionando a todas as regiões os bens e serviços às próprias realidades locais.

Através da atividade turística percebe-se que sempre existe uma modalidade que pode se aproximar às demandas do local e exigências dos turistas, se adequando às peculiaridades da comunidade e ao desenvolvimento coerente com a identidade das cidades, municípios e estados.



Dentre essas, está o Turismo de Negócios e Eventos, conhecido desde as antigas civilizações e que se refere à troca de produtos no meio comercial daquela época, o que não é tão diferente atualmente.

Para auxiliar nessa comercialização, entram os eventos com a proposta de apresentar produtos e serviços em lugares específicos como convenções, expondo como forma de marketing e estimulando a volta de mais turistas, incentivando a divulgação, além de melhorar a imagem da cidade gerando um grande fluxo econômico, com participação de profissionais na área.

Assim também o Turismo de Pesca, já que estamos falando das peculiaridades locais. Podemos destacar que no Amazonas há inúmeras atividades relacionadas com a pesca devido a vasta bacia hidrográfica e a ictiofauna singular da região. O que atrai turistas de pesca para a nossa região usufruindo dos recursos de forma sustentável como uma forma de lazer. E como se trata de uma atividade que envolve espécies naturais, vale lembrar que por traz desta interface há uma legislação que envolve as parcerias da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca e da atuação conjunta Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Segundo o Decreto lei nº 221/67 que estabelece que a “pesca é todo o ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenha na água seu normal ou mais frequente meio de vida”.

Além disso, o Turismo rural pode vir a se constituir como uma das melhores alternativas econômicas para a região, pois consiste na troca de experiência com o meio rural. Famílias e associações oferecem, além da hospedagem, produtos regionais, resultado do plantio e da criação em suas propriedades, transformados em alimentos e/ou artesanato, cujo resultado ajuda na renda familiar, propiciando aos visitantes a oportunidade de vivenciar a cultura local. Para o Ministério do turismo

O envolvimento da comunidade é uma das premissas para o desenvolvimento do Turismo Rural (...). Se a comunidade conhece e valoriza seu patrimônio, se orgulha do que é, e se torna um elo importante na interação com o visitante, contribuindo para sua interpretação, para conduzir seu olhar e sensações sobre o lugar, bem como para a sensibilização de envolvidos na comercialização do destino (BRASIL, 2010, p. 45).



Soma-se ainda a identidade da região com o Ecoturismo, pois essa modalidade está baseada no apego às belezas naturais, ao meio ambiente preservado, ao contato com a natureza, as sociedades e a cultura local, de baixo impacto e uma consciência ambiental mais elevada. A Amazônia dispõe de tudo isso e tem um forte apelo ecológico, e tem potencial para agregar valor renda às comunidades locais.

O ecoturismo é visto como uma forma ecológica de praticar atividades turísticas, visando à sustentabilidade ambiental, trazendo benefícios ambientais por não ser uma atividade degradante e por ter um estudo e planejamento integrado, os praticantes, no caso os turistas visitantes, desfrutam do lazer natural, que aparentemente traz grandes benefícios culturais para esses viajantes (LINDBERG; HAWKINGS, 1999).

Planejamento como ferramenta para o desenvolvimento do turismo

Quando falamos em planejamento, logo pensamos no vínculo que este possui com a administração, pois se constitui em um dos elementos do ciclo administrativo do qual fazem parte: planejamento, organização, direção e controle. Chiavenato conceitua o planejamento como uma base fundamental para as organizações.

Chiavenato (1987, apud PETROCCHI, 2001, p.67) considera que:

O planejamento costuma figurar como a primeira função administrativa, por ser exatamente aquela que serve de base para as demais. O planejamento é a função administrativa que determina antecipadamente o que se deve fazer e quais os objetivos que devem ser atingidos. O planejamento é um modelo teórico para a ação futura. Visa dar condições para que o sistema seja organizado e dirigido a partir de certas hipóteses acerca da realidade atual e futura. O planejamento é uma atividade desenvolvida de maneira consistente para dar continuidade às atividades, e seu *focus* principal é a consideração objetiva do futuro (PETROCCHI, 2001, p.67).

Assim também, para o desenvolvimento do turismo como atividade econômica, o planejamento constitui-se como atividade que se propõe a criar as condições ideais para se atingir as metas preestabelecidas ou até prevenir problemas inesperados, podendo-se afirmar que o planejamento, se bem elaborado, minimiza os erros e poupa recursos que devem servir para a comunidade. De acordo com a Organização Mundial do Turismo:



O planejamento do turismo deve ter como meta a criação de benefícios socioeconômicos para a sociedade, mas ao mesmo tempo, deve manter a sustentabilidade do setor turístico através da conservação do meio ambiente e da cultura local (OMT, 1994, p.74).

Por fim, o planejamento é uma ferramenta indispensável que possibilitará ao gestor um norteamento direcionado ao real objetivo de implantação das atividades, para que por meio dele possam ser inseridos todos os aspectos que influenciam no desenvolvimento turístico do local, conforme Petrocchi (1998, p.14):

O desenvolvimento do turismo exige um processo de gestão abrangente e visão de longo prazo. Em outras palavras, capacidade administrativa e ações coordenadas e convergentes. Acredita-se que esse seja um dos motivos pelo qual os gestores não implementam o turismo de modo adequado, pois o que eles priorizam é exatamente o retorno financeiro em curto prazo e não se preocupam em administrar de forma abrangente.

Dentre os instrumentos que servem de base para o processo do planejamento e levantamento de informações turísticas dentro da etapa inicial está o “Inventario Turístico” que é fundamental para saber ou conhecer os diversos elementos que o Ministério do Turismo propõe para a inventariação como: saber quais os atrativos existentes na região; os serviços e equipamentos turísticos; a infraestrutura de apoio e os órgãos oficiais de turismo.

O inventario turístico é um instrumento do planejamento em turismo, que consiste em se fazer um levantamento sobre o que o município tem a oferecer como atrativo para o turismo e por meio dele o poder público terá o conhecimento de quais eventos ou espaços tem potencial turístico e quais precisam ser melhorados ou até mesmo criados. Segundo Stigliano e César (2006) “Inventario turístico: compilação de uma lista detalhada de todas as estruturas serviços, equipamentos e atrativos relacionados à localidade de interesse de planejamento turístico”.

Além disso, vale ressaltar, existem planos propostos pelo Ministério do Turismo para a modernização e atualização do turismo brasileiro, dentre os quais destacamos o “Brasil + Turismo” que abrange um pacote de medidas visando a desburocratização do sistema. São medidas, como por exemplo, transformar a Embratur para que esta se torne um serviço social autônomo com o intuito de promover maior competitividade no país afora, tendo como parceiras as instituições privadas que auxiliarão na elaboração de projetos na área, além de



tornar o sistema aéreo mais forte, com mais companhias ofertando voos internacionais, aumentando a competitividade e possivelmente baixando os preços praticados nesse meio de transporte, o que chega a ser um dos pontos negativos visto que limita a realização de diversas viagens (Lei n. 14.002, de 2020).

Também, o programa pretende intensificar a qualificação profissional na área de turismo, o que conseqüentemente ampliará a oferta de empregos além de melhorar a economia do país.

Outro plano relevante proposto pelo Mtur para a Região Norte é o “Descubra uma nova Amazônia” que tem como objetivo mostrar as inúmeras potencialidades turísticas na cultura, gastronomia e ecoturismo, assim como mostrar aos visitantes a importância da região para o Brasil e para o mundo.

A campanha Amazônia Legal, uma iniciativa do Mtur, objetiva fazer com que a Região Norte integre parcerias e consórcios que farão com que a região receba mais navios transatlânticos, todos os estados da Região Norte possam receber esses turistas e que esses navios não paguem tão caro para ancorar nos portos amazônicos. Isto porque esse se tornou um dos pontos chave, questionado inclusive pelo Ministro Marx Beltrão, pois segundo dados extraoficiais, um navio para atracar mundo afora paga em torno de 25 mil, quando vêm ao Brasil paga em torno de 100 mil e no Amazonas o valor chega a 700 mil.

Esse fato, é mais uma desvantagem para o turismo internacional na região, uma vez que a Amazônia por si só possui limitações no desenvolvimento que precisam ser observadas e consideradas, elaborando-se novas Políticas Públicas de modernização para o Estado sem degradar suas riquezas e garantindo a sustentabilidade. Mas, ao mesmo tempo, sem renegar o desenvolvimento e a inserção desse espaço ao mercado do turismo global.

Dessa forma, reafirmamos que o processo de planejamento é o que possibilita a todos trabalharem conjuntamente em prol de um mesmo objetivo, a fim de que o desenvolvimento da atividade turística alcance a realidade de cada município, fazendo com que haja um direcionamento equilibrado e gestão participativa do segmento turístico.



Relação dos diversos agentes, uma parceria para a atividade turística

O turismo é uma atividade de inúmeras facetas, tais como o turismo de pesca, cultural, estrutural, natural e ecológico. Todas elas envolvem a hospedagem, alimentação, transporte, agenciamento, compras, atrativos, infraestrutura básica.

Assim, o desenvolvimento turístico deve ser fruto da parceria entre os vários atores envolvidas nessa atividade, de modo a se oferecer produtos e serviços capazes de satisfazer as exigências dos consumidores. Conforme o Art. 180, da CF88 - “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.”

É essencial que haja uma boa relação entre os agentes e o envolvimento de todos os segmentos sociais que se beneficiarão dessas ações da regionalização do turismo, bem como a adesão das comunidades locais. E para isso, o governo deve tratar da parte sobre a prática de relações governamentais com discursos coerentes para facilitar a comunicação dos diversos públicos. Nesse novo modelo de descentralização, a parceria entre os agentes sempre buscou trazer segmentos do bem-estar social, suas estratégias e ações de acordo com a conjuntura nos ramos da economia, diversidade cultura e social.

Figura 2 - Agentes Envolvidos no Turismo



Organizador: SOUZA, K,J;2016



A figura 2 ilustra a necessidade de uma integração entre os atores, pois não há planejamento que possa ser implantado de maneira eficiente sem que exista a harmonia dos quatro setores: poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade, pois são esses que irão trazer o envolvimento dos usuários e beneficiários do setor na produção e avaliação de políticas públicas de turismo.

O papel do Estado

Para que o turismo se desenvolva de forma organizada e ordenadamente em um determinado território é fundamental a participação do Estado, representado pelo governo federal, estadual ou municipal. Pode-se dizer que desde o planejamento, a participação governamental é de suma importância, devendo haver a formação de parcerias entre os órgãos responsáveis pelo turismo em todas as esferas e áreas de interesse como as secretarias de transporte, segurança e infraestrutura.

Quadro1: Papel do Estado no desenvolvimento do Turismo

Papel do Estado no desenvolvimento do Turismo	
Atividade	Ações
Coordenação	Coordenar a implantação de uma política de turismo de forma que atenda aos interesses coletivos e beneficie a todos.
Planejamento	Planejar as diretrizes gerais para que o desenvolvimento do turismo aconteça de forma ordenada e atenda, na medida do possível, ao interesse geral.
Legislação e regulamentação	Estabelecer regras, limites, condições para os diferentes campos do turismo, de forma que essas normas contribuam para a organização da atividade.
Empreendimentos	Exercer uma atividade que seja fundamental para o desenvolvimento do turismo, quando a iniciativa privada não, exercê-la, como por exemplo, ser proprietário de uma pousada, hotel etc.
Incentivo	Patrocinar alguns tipos de incentivo: os incentivos fiscais, isenções de taxas, empréstimos ao setor privado para investimentos em determinadas localidades, e outros.



Atuação social	Promover o turismo social para parte da população menos privilegiada, oferecendo atividades de lazer e de entretenimento, como colônias de férias, atividades para os idosos etc.
Promoção do turismo	Investir nos polos emissores de turista, que podem ser outros países, outros estados, outras cidades, o que é considerado um dos papéis mais importantes do Estado.

Fonte: adaptado de Dias (2003, p.126-128)

Por outro lado, cabe ao Estado a responsabilidade de oferecer uma infraestrutura básica, urbana e de acesso à iniciativa privada, oferecendo serviços e disponibilizando equipamentos que possam abranger os condicionantes da política de turismo que são: culturais, ambientais e sociais.

A política de turismo deve ser entendida em sua complexa totalidade, agregando todos os seus componentes, afinal a atividade apresenta uma grande diversidade de atuação e as políticas, vale ressaltar, apresentam-se Inter setorializadas, cabendo ao Estado a obrigatoriedade de ações de proteção do meio ambiente, preservação do patrimônio e do bem-estar social (VIEIRA, 2011, p.21).

No Brasil, as políticas públicas de turismo ainda se encontram em situação muito complexa, pois elas demoram a ser aplicadas, principalmente por se tratar de um país de grandes dimensões geográficas, além de o setor ainda não se apresentar completamente estruturado em grande parte dos municípios do território nacional.

Iniciativa Privada

A iniciativa privada é representada pelos micros, pequenos, médios e grandes empreendimentos e prestadores de serviços relacionados com o turismo. São exemplos: hotéis, pousadas, lojas, empresas de aluguel de carro, guias especializados, restaurantes, negócios de água de coco, banca de tacacá, empresas de passeios turísticos, empresas de eventos, agências de viagem, entre outros como geração de receitas, criação de postos de trabalho, a estruturação econômica.

O empresariado tem responsabilidade direta quanto ao planejamento, à ética e à manutenção de elevados padrões de qualidade. Quando há problemas nas áreas de turismo ou hotelaria, o empresariado é um dos primeiros setores a ser atingido, e é fundamental que a saúde financeira do País seja preservada, a começar pela saúde das



empresas, pois isso é bom não apenas para os empresários, mas também para funcionários, fornecedores, clientes e governos (PANOSSO NETO; TRIGO, 2009, p. 76)

Ainda há muitos obstáculos a serem superados para que o Brasil seja uma referência em turismo. A falta de investimento, a burocracia, as dificuldades dos municípios e do envolvimento das comunidades são alguns desses obstáculos. Um planejamento participativo e efetivo pode alavancar a economia de uma região. O papel da iniciativa privada nesse processo de descentralização pode indicar um novo cenário turístico. Para isso deve:

a) observar leis e regulamentos, bem como mecanismos de fiscalização e controle; b) atuar no desenvolvimento da infraestrutura turística; c) planejar cuidadosamente o funcionamento de suas atividades e equipamentos para atender com qualidade às necessidades e desejos do turista; d) utilizar-se de mão de obra capacitada; e) desenvolver associações, com vistas à troca de experiências e informações bem como para melhor articulação na criação e defesa de interesses perante empresariado e/ou governo; f) manter-se atualizada quanto às tendências do turismo; g) elaborar pesquisas com clientes, acompanhando a funcionalidade e a qualidade de seu estabelecimento (RUSCHMANN, 2001, p.68).

O Terceiro Setor e o Papel da Comunidade

O terceiro setor sempre envolve uma polêmica entre aqueles que não apoiam ou dos que a colocam como uma modernidade. O terceiro setor engloba o conjunto de Organizações Não Governamentais (ONG) que é um conjunto de instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, persegue propósitos de interesse público. É um setor independente que não quer se submeter às lógicas do mercado e governamental.

O Terceiro Setor surgiu para suprir as carências do Estado e do Mercado apoiando ações que levem ao desenvolvimento da sociedade. Caracteriza-se por prestar serviços e atividades de interesse público, por meio de iniciativas privadas, sem fins lucrativos, nos mais diferentes segmentos.

O Primeiro Setor – Estado – pelo seu gigantismo e ineficiência, teria esgotado a sua possibilidade de atender e lidar com as crescentes necessidades sociais das populações mais necessitadas; e o Segundo Setor – Mercado – que tem como objetivo fundamental o lucro, seria incapaz de incorporar uma agenda que dissesse respeito a questões sociais e ambientais (...) (SARACENO, 2003).



É uma nova maneira de agir e de tomar decisões, suprindo e complementando as preocupações e práticas sociais que geram bens e serviços de caráter público.

A comunidade deve também ser agente ativo e participar do planejamento do turismo. Jacobi (2000) defende a participação social popular como um fortalecimento para a construção de direito e a descentralização do poder, e que gera mais eficácia, mais justiça social e democracia. Ele também afirma que este processo deve vir com objetivos claros quanto a competência dos entes federativos e suas atribuições:

A Constituição de 1988 promoveu a descentralização que beneficia especialmente os municípios, mas que a indefinição de competências e atribuições gera um descompasso entre avanços possíveis no plano de transferências financeiras, e os entraves à sua ação institucional-administrativa provocam um esvaziamento de sua legitimidade (JACOBI, 2000, p.45)

Ao planejar o turismo é imprescindível entender que para promover o seu desenvolvimento não basta apenas a vontade de governos e empresários:

É fundamental a inserção e participação da comunidade local, dos moradores das cidades e a compreensão de que a participação é um direito que deve ser assegurado ao cidadão. Para a realização de processos democráticos de tomada de decisão e implantação de projetos turísticos é fundamental a vontade política continuada, a fim de que os esforços de determinada gestão urbana não sejam diluídos ou esquecidos na próxima. É imprescindível assegurar os direitos sociais, civis e políticos de cada residente, resultando na composição da cidadania plena (...). (MENDES, 2009, p. 326)

Ainda sobre o papel da comunidade, sabemos que esta é a que certamente tem muito a ganhar nesse processo de desenvolvimento do turismo como alternativa econômica e social, pois se todos entendem que é importante manter a cidade limpa, atender bem o turista, vender produtos e serviços de qualidade, conhecer a história da sua localidade, o turista não apenas voltará para aquela localidade, mas também a indicará para que outros amigos a visitem.

A pesquisa sobre esse tema é de fundamental importância, pois possibilita conhecer melhor o planejamento e as interfaces turísticas que servirão como base para a construção de políticas adequadas à realidade do município de Uruará, respeitando suas limitações e contribuindo para a condução do município a um patamar sustentável, valorizando suas potencialidades e fortalecendo a relação entre os agentes para que os órgãos públicos se



envolvam em prol da sociedade como um todo gerando desenvolvimento econômico e melhor ambiente social.

Metodologia

A pesquisa, quanto a sua natureza, é de cunho qualitativa, levando-nos ao entendimento sobre as potencialidades do turismo local, além de possibilitar conhecer um pouco mais sobre os diversos atores envolvidos nessa temática. Segundo Chizzotti (2000, p.52) um estudo qualitativo, “fundamenta-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos”. Ao mesmo tempo, podemos classificá-la como quantitativa, visto ter havido análise de dados, os quais foram coletados utilizando-se os instrumentos que foram elaborados para tal. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas, com a participação de 35 entrevistados que responderam 10 perguntas relacionadas à atividade turística no município. Para a elaboração do artigo foram lidos 47 artigos.

Quanto à finalidade da pesquisa é de caráter explicativa, trazendo esclarecimento sobre os fatores que contribuem para a análise do turismo e suas interfaces, possibilitando-nos observar que a população tem ideia de que no município de Urucará pode ser desenvolvido o turismo cultural, rural e de eventos e na condução de suas atividades de forma mais complexa. Segundo Gil, 2008:

A Pesquisa Explicativa: identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso, é o tipo mais complexo e delicado.

Como também de forma descritiva, pois nos propiciou conhecer os possíveis atrativos descrevendo suas características e os sistemas de funcionamento de gestão das secretarias que possibilitando compreender a relação com diversos agentes que são fundamentais para a funcionalidade do turismo em nível local. Ainda, conforme Gil (2008):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas



de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL 2008, p. 42).

Quanto aos meios da investigação foi documental, pois realizamos as pesquisas na Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Educação e Cultura à qual está vinculada o setor de Turismo. Também, nos sites dos órgãos estaduais e federais que tratam sobre planejamento do turismo, e com isso averiguou-se o sistema de gestão dos atores envolvidos na atividade turística no município. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.174), “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas quando o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, fizemos um levantamento em livros com critérios de inclusão dos artigos que foram publicados nos períodos de 2000 a 2016, para o melhor entendimento das definições conceituais e levantamento de revisão das publicações selecionadas ao tema turismo, relações institucionais, Constituição Federal no Google Acadêmico e Scielo. Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

Para ouvir a população e coletar opiniões acerca do turismo local utilizou-se técnicas de entrevista e como instrumento o questionário com perguntas objetivas e subjetivas de fácil entendimento, realizando visitas domiciliares, nos bairros selecionados: Castanhal, Aparecida, Santa Luzia, São Jorge e o Centro da cidade, que se dispuseram a dialogar sobre o tema e algumas questões relacionadas ao turismo local. Ainda assim, houve pessoas que se esquivaram de responder ao questionário, o que pode significar que tais pessoas desconhecem a importância de sua participação na pesquisa para elaborar políticas públicas voltada ao turismo bem como a sua corresponsabilidade para o desenvolvimento do município.



Na entrevista realizada na Secretaria Municipal de Educação, a qual está vinculado o setor de turismo, utilizou-se um roteiro de entrevista que nos propiciasse conhecer o sistema de gestão e se possui algum tipo de política pública relacionada à atividade turística local. Contudo, o Secretário relatou por meio das respostas tão somente suas dificuldades quanto à falta de um corpo técnico para realizar um planejamento que possa ser bem-sucedido na sua aplicabilidade.

Quanto à Secretaria de Meio Ambiente, não houve qualquer dificuldade para a realização da entrevista, resultando em uma boa troca de ideias relacionado a temática e sugestões por parte do Secretário, de acordo com seu ponto de vista, de que Urucará possui potencialidades exuberantes a serem exploradas. De acordo com Marconi e Lakatos (2003) entrevista é:

Um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.156).

Em síntese, foram realizadas entrevistas com representantes do poder público: Secretários e funcionários das pastas às quais está relacionado o turismo no município e sociedade civil. Nessas entrevistas foram abordados assuntos relacionados ao objeto da pesquisa, propiciando a coleta de dados, os quais após a tabulação serviram de base para a conclusão dos objetivos e apresentação dos resultados.

Resultados

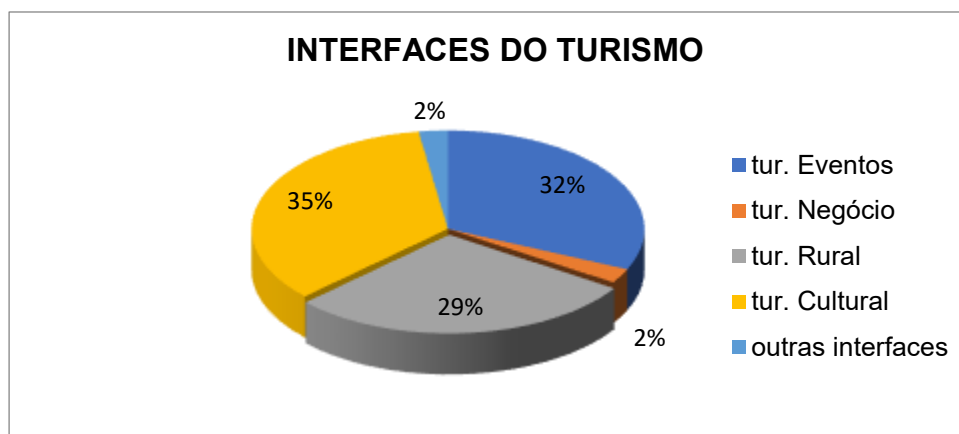
Para a coleta de dados foram aplicados 35 questionários sendo que 19 destes foram respondidos por pessoas do sexo masculino e 16 por pessoas do sexo feminino. Do total de pessoas entrevistadas, a maioria pertence à faixa etária de 15 a 25 anos; os demais pertencem à faixa de 26 até e acima de 46 anos, com nível de renda acima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Com base na pergunta se é possível à atividade turística no município de Urucará 95% dos entrevistados responderam que sim, sendo 2,5% disseram que não e 2,5% não se pronunciaram sobre o assunto ou não deram nenhuma opinião sobre a questão, informação essa que destaca o tema turismo como assunto de interesse do cidadão e como possibilidade de ser desenvolvido pela gestão pública.



Dos 35 entrevistados foram detectadas 54 opiniões sobre as atividades turísticas a serem exploradas no município, assim distribuídos: turismo cultural 35%, turismo de eventos 32%, turismo rural 29%, e outras interfaces do turismo 2% e turismo de negócios 2% (figura 3).

Figura 3 - Interfaces do turismo



Organizador: SOUSA, K. J; 2017.

Das informações coletadas sobre as interfaces do turismo, a que se destacou na opinião dos entrevistados foi o Turismo Cultural, com 35%, indicando como um dos facilitadores socioeconômicos a Festa do Glorioso Divino Espírito Santo que nessa época traz para o município inúmeros visitantes que aproveitam o ensejo para conhecer melhor a cidade e desfrutar de sua hospitalidade e beleza natural. Mais alternativas seriam o turismo de evento, com 32%, tendo em vista os eventos e atividades realizadas nos bairros da cidade, as quais promovem grande interação entre os comunitários e visitantes. E com 29%, o turismo Rural que permite um contato mais direto com a natureza, assim como a visita aos cedreiros centenários que despertam interesse e curiosidade nos visitantes.

Quanto aos locais de visita, dos 35 entrevistados foram detectadas 55 opiniões sobre os possíveis pontos turísticos a serem explorados para a visita no município de Uruará assim distribuídos: lago do Tapera, Amanari e Bonança 30%, balneários 28%, eventos religiosos 20%, festival de quadrilha 20%, orla da cidade 1% e outros lugares 1%.



Figura 4 – Locais de visitação que poderiam ser explorados



Organizador: SOUZA, K. J; 2017.

O gráfico acima (figura 4) mostra os locais de visitação que poderiam ser explorados no município de Urucará, e com 30% os lagos do Tapera, Amanari e Bonança foram os mais citados por apresentarem um ambiente tranquilo com água gelada e límpida, propício para relaxar e apreciar a natureza sem degradar o meio ambiente. Outros locais visados como facilitadores, seriam a criação de balneários e um melhor aproveitamento da Orla da cidade, do Festival de Quadrilhas e dos eventos religiosos.

Com base nas respostas coletadas, no que se refere à atuação do poder público, 95% das pessoas responderam que a administração pública não investe na área turística local ou desconhecem a presença do poder público nesta área, ou ainda não se faz investimento algum. Observou-se também, a partir das respostas, que nos últimos anos houve um “esquecimento” por parte dos governantes e nenhum interesse por parte da sociedade local em buscar melhorias na formulação das políticas públicas voltadas para a qualidade de vida dos cidadãos por meio do setor turístico.

Entretanto, houve pessoas que responderam que existe a atuação do poder público e isso se dá por meio da participação e fomento dos eventos que ocorrem na cidade, tais como as festas culturais e religiosas. Porém, não se busca o aperfeiçoamento ou aplicação desses



recursos na forma de desenvolvimento do turismo, que traria um retorno maior no âmbito socioeconômico.

A despeito das respostas, sabe-se que a atuação do poder público relacionada aos eventos é mínima, devido ao cenário econômico brasileiro atual, em que a falta de recursos e de políticas públicas e, principalmente, a ausência de um planejamento turístico que venha servir de base e direcionamento de ações relacionadas ao turismo local, de modo que venha viabilizar investimentos e, a partir disso, o fortalecimento da atividade e de outras ao seu entorno, alavancando a economia local.

No que tange aos produtos e serviços oferecidos pela iniciativa privada, a maioria dos entrevistados responderam que precisa melhorar o atendimento e principalmente o relacionamento entre fornecedor e cliente. Além disso, a prática abusiva de preços de produtos e serviços em períodos festivos leva os visitantes, que somente nesse período o município recebe, a se submeterem a produtos ou serviços de pouca qualidade. De igual forma, ocorre com os serviços bancários que apresentam grande deficiência.

A telefonia móvel também é um dos grandes problemas que a população convive diariamente, visto que a precariedade de um serviço de grande necessidade, não é algo para o qual haja qualquer projeto que vise sua melhoria.

Quanto aos produtos, a exemplo dos alimentos, não se percebe maiores caprichos, até mesmo porque não há demanda e tampouco programas com ênfase em turismo gastronômico que possa incentivar o aprimoramento da qualidade. Nas feiras locais, os produtores dizem dar tudo de si para oferecer um produto confiável aos visitantes e que, sem apoio, tentam corresponder às necessidades de seus clientes.

Entrevistados relataram ainda que a iniciativa privada contribui de forma mínima na oferta de seus produtos e serviços aos turistas e que o investimento melhora o produto e faz com que os turistas saiam satisfeitos. Se além da oferta de pratos regionais, por exemplo, houvesse também um sistema de internet gratuita, transporte para visitação e conhecimento dos locais turísticos do município, conciliaria com a hospedagem e melhoria da infraestrutura do estabelecimento gerando um atendimento de maior qualidade aos seus clientes.

A partir da análise dos dados coletados, pode-se afirmar que o município de Urucará, mesmo diante de inúmeras dificuldades, apresenta grande potencial turístico. A população



ainda pontuou diversas ideias sobre possíveis atrativos turísticos que poderiam alavancar a economia local e trazer inúmeros benefícios se houvesse apoio e investimento das iniciativas privadas e poder executivo.

Em seus relatos, entrevistados disseram que em tempos pretéritos a cultura turística era vista com outros olhos e trazia ao município inúmeras pessoas que vinham prestigiar eventos turísticos como a Feira Agropecuária, que alavancava a economia local. O poder público não media esforços em investir.

No que diz respeito ao sistema de funcionamento e apoio ao turismo local, observou-se por meio das entrevistas com os secretários municipais de Educação e Cultura e do Meio Ambiente que é possível a atividade turística no município. Mas para isso, é necessário a disponibilização de recursos financeiros e uma equipe técnica que os auxilie na elaboração de projetos que venham a promover a valorização do turismo local. Ambos sugeriram o turismo de selva com passeio de barco, guias turísticos para visitação às aldeias indígenas e cachoeiras existentes na região. Quanto às políticas públicas voltadas para o turismo local, disseram que há uma preocupação quanto a isso, mas não há um planejamento para a elaboração delas por falta de conhecimento técnico e científico.

Em vista disso, constatou-se que a falta do investimento do poder público interfere na efetivação da atividade turística no município. Porém, não se pode dizer que os outros atores sociais não tenham o mesmo compromisso no estabelecimento de parcerias em prol do desenvolvimento e implementação de uma política pública voltada para o turismo local.

Recomendações finais

O município de Urucará é um local onde o turismo pode ser fomentado com a implantação de políticas públicas voltadas para o segmento. Isso deve se iniciar com um levantamento do que já se tem, mapeando-se as ofertas e recursos provenientes da região, algo que a gestão municipal começa a desenvolver para que o município possa entrar no mapa de divulgação do Amazonas, por meio da Empresa Estadual de Turismo no Amazonas (Amazonastur). Também, é necessário se trabalhar a questão orçamentária do município, buscando junto ao Estado a liberação de recursos destinados ao incentivo e promoção do desenvolvimento do turismo local como rege a constituição em seu Art. 180.



Um trabalho no sentido de estabelecer parcerias e a criação de uma Secretaria de Turismo para gerenciar a elaboração de projetos e dar assistência nessa área, investindo na formulação de um inventário turístico local que norteará as potencialidades como: hotéis de selva, feira agropecuária, turismo de pesca, festa da castanha, eventos religiosos, criação de um parque municipal, regulamentação da casa do pastor Clinton como acervo cultural municipal e visitação aos Cedreiros centenário como excursão turística no município.

Diante disso, analisamos o quanto a ausência do poder público pode acarretar deficiência na administração das cidades e municípios. Urucará não é diferente, visto que temos projetos bons engavetados que não vão pra frente por falta de parcerias, bem como o investimento na melhoria da infraestrutura da cidade e um planejamento sensato de acordo com os novos planos do Ministério do Turismo que atualizam práticas na gestão do turismo, possibilitando discutir as interfaces apresentadas no projeto com base no que observamos na localidade a qual servirão de pilares para essa inovação conjunta com a sociedade, poder público e os demais agentes fundamentais para a execução de políticas voltada a propiciar uma melhor qualidade de vida para os munícipes auxiliando as duas únicas fontes de emprego e renda, o serviço público estadual e municipal.

A formação de recurso humanos especializado é de responsabilidade do estado e das instituições voltados ao desenvolvimento sustentável da região. Em Urucará, além da Prefeitura, têm-se a Universidade do Estado do Amazonas, a Universidade Federal e o Instituto Federal do Amazonas, o Centro de Formação Tecnológica do estado (CETAM) entre outros, públicos ou privados, que podem oferecer cursos e treinamento para os mais diversos direcionamentos do turismo, seja a nível de graduação como de especialização técnica. Todos contribuindo para o que o turismo, como atividade econômica, possa atingir uma parcela maior da sociedade. Inclusive que venham ocupar os cargos públicos com mais qualidade.

Por fim, a realização desta pesquisa levou-nos a concluir que o turismo pode ser sim, um facilitador econômico e social, pois o nosso Amazonas é rico em potencialidades turísticas, visto que agregamos uma vasta biodiversidade e paisagens naturais que o mundo quer conhecer. No entanto só a beleza se torna insuficiente se não houver um planejamento que possa direcionar o turismo a atrair mais visitantes ao Estado e conseqüentemente ao município de Urucará.



Referências

AZEVEDO FILHO, João D'Anuzio Menezes. **A produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas**. orientador Marcello Martinelli. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2013.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: <br/recursos/news/video/%7B417A07AA-CC70-4D3B-AA09-96BA13F08224%7D_>. acesso em: 14 de dez de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Disponível em http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4º. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do município de Urucará**. 2015. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/urucara/panorama>.

JACOBI, Pedro Roberto. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Edit.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2ª ed. São Paulo: Ed. SENAC, .1999.



- MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas S.A, 2003.
- MENDES, Eluziane Gonzaga. As cidades e o turismo urbano. Módulo 4, Fascículo 20. **Gestão da Cadeia Produtiva do Turismo**. Universidade Aberta do Nordeste da Fundação Demócrito Rocha e Universidade Estadual do Ceará. Ensino a distância. Mar. 2009.
- OMT. Organização Mundial do Turismo. **Desenvolvimento do Turismo Sustentável: manual para organizadores locais**. Brasília, DF: Embratur. 1994.
- OMT. Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2003.
- PANOSSO NETO, A.; TRIGO, Luiz Gonzaga G. **Cenário do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009.
- PANOSSO NETO, Alexandre. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- PETROCCHI, Mario. **Gestão de polos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.
- PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.
- PINTO, Ironilson Monteiro; et al. **Um Acervo no Coração de Urucará, a casa do Pastor Clinton**. Urucará: Universidade do Estado do Amazonas (UEA), 2016.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 2001.
- SARACENO, Danielle Vieira dos Santos. **O papel do terceiro setor na questão do desenvolvimento regional e local**. Disponível em: <<http://www.desenbahia.ba.gov>>. acesso em: 12 de dez de 2016.
- STIGLIANO, B. V; CÉSAR, P. A. B. **Inventário turístico: primeira etapa da elaboração do plano de desenvolvimento turístico**. Campinas, SP: Alínea, 2006.
- VIEIRA, A. R. M. **Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís-MA**. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

Trabalho encaminhado em 20/11/2020

Aprovado em 23/02/2021